

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Pará - CAU/PA**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PA é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PA.

O Conselho está localizado na TV Rui Barbosa, nº 452, Bairro do Reduto, CEP 66.053-260, na Cidade de Belém-PA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/PA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco conta movimento	8.064	2.637
Aplicações financeiras	935.257	915.393
	<u>943.321</u>	<u>918.030</u>

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 1686-1, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (1686-1), sendo que neste exercício de 2018 restou um saldo de R\$ 8.064,00.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

As aplicações financeiras no exercício de 2018 renderam R\$ 56.442,00 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos de anuidades do exercício	603.781	532.481
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.311.204	939.211
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.164.063)	(1.1305.390)
	<u>750.922</u>	<u>166.301</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	603.781	532.481
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias	1.311.204	939.211
(-)Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.164.063)	(1.305.390)
	<u>750.922</u>	<u>166.301</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

A Entidade no exercício de 2018 adotou alguns critérios para se registrar a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, conforme abaixo:

Valores a Receber - Anuidades PF E PJ

Por meio dos relatórios 14 e 15 do SICCAU extraímos, em 04/01/2019, os dados referentes às anuidades a receber (valores apenas do principal, desconsiderando multas e juros).

Pelos dados consolidados, no dia 31/12/2018, ajustamos os saldos dos valores a receber de anuidade (PF e PJ) com base nos 80% dos valores principais, sendo que os saldos das anuidades de 2018 integram a conta de anuidades do exercício e as de 2012 a 2017 compõem as anuidades a receber de exercícios anteriores.

Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos - PDD

Através do comparativo dos valores a receber dos últimos 3 anos (2015 a 2017) na situação de 31/12/2017 versus 31/12/2018, obtivemos os percentuais de redução dos valores a

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

receber em um ano. Pela metodologia aplicada, foi apurada a média aritmética do percentual de redução das anuidades a receber dos 3 anos analisados. Mediante este o percentual médio de redução, definiu-se o percentual de manutenção dos valores em devedores duvidosos, configurando assim o percentual de PDD a ser aplicado sobre as anuidades a receber de Pessoa Física e Pessoa Jurídica ao final do exercício.

A PDD foi aplicada apenas sobre as anuidades a receber de exercícios anteriores. O total de anuidades a receber do exercício (2018) não sofrerá provisão redutora.

No cálculo da porcentagem a ser aplicada usou-se a média aritmética - % de redução de arrecadação PF 12,98% e PJ 4,04%, ocasionando uma média de inadimplência (PDD) de 87% para PF e 96% para PJ.

Dados do Relatório de Inadimplência do SICCAU (14 e 15) e Apuração de PDD

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	% PDD	Total PDD
P. F. E.A.	68.090	100.013	129.392	164.279	245.778	344.576	1.052.129	87%	(915.352)
P. J. E. A.	2.278	6.792	21.560	46.251	76.131	106.063	259.075	96%	(248.741)
							<u>1.311.204</u>		<u>(1.164.064)</u>

6.1 Ajustes de Contas a receber de anuidades

Em dezembro de 2018 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e a menor do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos de acordo com a tabela acima, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2018, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 **(Em Reais)**

	<u>2017</u>	<u>Saldo Contábil em 31/12/2018</u>	<u>Ajuste Contábil em 31/12/2018</u>	<u>2018</u>
P. Física	418.634	196.905	274.637	471.542
P. Jurídica	<u>113.847</u>	<u>64.308</u>	<u>67.931</u>	<u>132.239</u>
Total	532.481	261.213	342.568	603.781
PF Exercícios Anteriores	781.787	1.200.583	(148.454)	1.052.129
PJ Exercícios Anteriores	<u>157.424</u>	<u>271.271</u>	<u>(12.196)</u>	<u>259.075</u>
Total	939.211	1.471.854	(160.050)	1.311.204
Total	1.471.692			1.914.985
PDD	<u>(1.305.391)</u>			<u>(1.164.064)</u>
Créditos a Curto Prazo	<u>166.301</u>			<u>750.921</u>

7. Demais créditos e valores a curto prazo

Os valores apresentados são referente ao saldo da conta “Entidade Públicas Devedoras” no valor de R\$ 12.822,00, devido a uma retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.

O Saldo da conta “Devedores da Entidade” no valor de R\$ 413,00, refere-se a conta de energia elétrica da antiga sede do CAU PA, que foi debitado em duplicidade, e que será restituída pela empresa responsável.

Demais créditos a curto prazo	13.236	14.454
	<u>13.236</u>	<u>14.454</u>

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 **(Em Reais)**

8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Móveis e utensílios	46.348	18.371	27.977	31.702
Máquinas e Equipamentos	25.124	16.509	8.615	11.539
Instalações	9.280	1.905	7.374	8.211
Veículos	42.700	24.419	18.281	23.085
Equip. de Proc. de Dados	54.952	33.507	21.445	29.725
Subtotal	<u>178.404</u>	<u>94.712</u>	<u>83.692</u>	<u>122.276</u>
Imóveis	1.140.000	119.819	1.020.181	1.023.906
Total	<u><u>1.318.404</u></u>	<u><u>214.531</u></u>	<u><u>1.103.873</u></u>	<u><u>1.146.182</u></u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

	Movimentação do Imobilizado				31.12.2018
	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Móveis e utensílios	46.027	1.000	679	18.371	27.977
Máquinas e Equipamentos	21.165	5.589	1.630	16.509	8.615
Instalações	12.500		3.220	1.905	7.374
Veículos	42.700			24.419	18.281
Equipam. Proc. de Dados	44.389	13.220	2.657	33.507	21.445
Subtotal	<u>166.781</u>	<u>19.808</u>	<u>8.186</u>	<u>94.712</u>	<u>83.692</u>
Imóveis	1.140.000			119.819	1.020.181
Total	<u><u>1.306.781</u></u>	<u><u>19.808</u></u>	<u><u>8.186</u></u>	<u><u>214.531</u></u>	<u><u>1.103.873</u></u>

· **Adições**

Em 2018, as adições na Conta “Móveis e Utensílios” engloba 01 Caixa Acústica, no valor de R\$ 1.000,00, adquirida em 2014 e que devido a um erro no sistema patrimonial havia sido contabilizado erroneamente na conta de “Máquinas e Equipamentos”, sendo feito o ajuste, conforme lançamentos contábeis.

A Conta “Máquinas e Equipamentos” engloba 01 câmera digital, no valor de R\$ 1.069,90, 01 refrigerador 240 litros, no valor de R\$ 1.299,00, e 01 central telefônica, no valor de R\$ 3.200,00, adquirida em 2017 e que devido a um erro no sistema patrimonial, havia sido contabilizado erroneamente na conta de “Instalações”, totalizando R\$ 5.588,00.

A Conta “Equipamentos de Processamento de Dados” engloba a aquisição de 01 micro (CPU) 7200 8GB, no valor total de R\$ 2.836,00, 01 monitor de led 21,5”, no valor de R\$ 661,18, 01 impressora tanque L1300, no valor de R\$ 2.898,00, 01 switch SG 24, no valor de R\$ 3.875,00, e 01 scanner DS-1630, no valor de R\$ 2.099,00 e 01 nobreak MANAG 4 NET+, no valor de R\$ 849,00, totalizando o valor de R\$ 13.219,00.

· **Baixas**

Em 2018, na Conta “Móveis e Utensílios” engloba a baixa de 01 refrigerador 01 porta, no valor de R\$ 679,00, inutilizado por seu uso normal e contínuo, e que seu conserto se tornaria inviável devido o custo ser muito elevado.

Em 2018, as baixas da Conta “Máquinas e Equipamentos” engloba a baixa 01 câmera fotográfica, no valor de R\$ 630,00, inutilizado por seu uso normal e contínuo, sem conserto devido ao modelo e ano de fabricação; e 01 Caixa Acústica, no valor de R\$ 1.000,00, adquirida em 2014 e que devido a um erro no sistema patrimonial havia sido contabilizado erroneamente nesta conta, sendo feito o ajuste, conforme lançamentos contábeis.

A Conta “Instalações” a baixa refere-se a 01 central telefônica, no valor de R\$ 3.200,00, adquirida em 2017 e que devido a um erro no sistema patrimonial havia sido contabilizado erroneamente nesta conta, sendo efetuada sua correção, conforme lançamentos contábeis.

A Conta “Equipamentos de Processamento de Dados” engloba a baixa de 03 nobreak 600watts, no valor unitário de 260,00, totalizando R\$ 782,00, 03 nobreak 700watts, no valor unitário de R\$ 319,00, totalizando R\$ 957,00, 01 nobreak , no valor de R\$ 341,00, e 01 impressora multifuncional laserjet , no valor de R\$ 575,00, totalizando o valor de R\$ 2.656,00. Os bens acima descritos estão inutilizados devido seu uso normal e contínuo, em estado de irrecuperável.

8. Intangível

A Entidade acompanha anualmente a vida útil dos ativos intangíveis e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Softwares	6.530	980	5.550	6.138
Total	6.530	980	5.550	6.138

	Movimentação do Intangível				31.12.2018
	31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	
Intangível	6.530,30			979,60	5.550,70
Total	6.530,30			979,60	5.550,70

9. Fornecedores a pagar

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta de fornecedores prestadores de serviço inscritos em restos a pagar processados no valor de R\$ 29.515,00.

	2018	2017
Prestação de serviço	29.515	
	29.515	

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	29.515	
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
	29.515	

10. Obrigações a curto prazo

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" no valor de R\$ 3.867,00, que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU PA por órgãos públicos referentes a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos destes órgãos, assim como obrigações com provisões para riscos trabalhistas com férias, 1/3 férias, inss, Fgts e pis no valor total de R\$ 82.141,00.

	2018	2017
Provisões a curto prazo	82.141	106.069
Demais obrigações a curto prazo	12.217	2.599
	<u>94.358</u>	<u>108.668</u>

11. Provisão para riscos processuais

A Entidade não é parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, não sendo constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. Não havendo processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 não foram computados causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

12. Patrimônio Líquido

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 **(Em Reais)**

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit ou Déficit do Exercício	554.370	(130.756)
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	2.138.658	3.102.495
Ajustes de Exercícios Anteriores		(833.080)
Patrimônio Líquido	<u>2.693.028</u>	<u>2.138.658</u>

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente as anuidades dos exercícios anteriores foi registrados na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal e encargos	750.005	653.131
Benefícios	147.631	149.934
Material de Consumo	11.565	13.207
Serviços Terceiros Pessoa Física	60.204	60.765
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	162.161	204.346
Encargos Diversos	81.699	41.013
outras despesas e receitas	164.959	734.018
	<u>1.378.224</u>	<u>1.856.414</u>

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 **(Em Reais)**

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.932.594	1.725.657
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.378.224)	(1.856.414)
 (=) Superávit Patrimonial apurado	554.370	(130.756)
 Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	1.339.880	1.298.561
(-) Despesas Empenhadas	(1.354.939)	(1.305.340)
 (=) Superávit Orçamentário Apurado	(15.059)	(6.779)
 Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	943.321	918.030
(-) Passivo Financeiro	(123.874)	(108.670)
 (=) Superávit Financeiro Apurado	819.447	809.360

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	2.656
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		2.656

17. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

JOSÉ AKEL FARES FILHO
PRESIDENTE
038.236.102-44
CAU/PA A2783-9

FLAVIO CAMPOS DO NASCIMENTO
GERENTE GERAL
665.728.272-91
CAU/PA A31031-0

WILLIAM CORREA TORRES
CONTADOR
427.772.082-04
CRC/PA 018392

*

*

*